

Volume
31/2
ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**História Pública: caminhos para a
democratização do conhecimento já disponível!**

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

**História em Revista - Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**

Comissão Editorial:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janet Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)

Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)

Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)

Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)

Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill (UFPEL); Alice da Conceição Teixeira (UFPEL); Flaviano Batista Ferreira (UFPEL)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Trapiche da praia do Laranjal (Pelotas-RS). Foto: Paulo Koschier

Pareceristas ad hoc: Aldenize da Silva Ladislau (UFPB); Amanda Chiamenti Both (PUCRS); Amanda Motta Castro (FURG); Ana Lúcia Costa de Oliveira(UFPEL); Ângelo Rodrigo Silva Pinheiro (UFF); Anselmo Alves Neetzow (FURG); Artur

Henrique Franco Barcelos (FURG); Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA); Daniel Ferreira da Silva (UEM); Darcylene Pereira Domingues (UFPel); Dayane Nascimento Sobreira (UFPB) Eduardo Rocha (UFPel); Felipe Nóbrega Ferreira (UFPel); Felipe Treviso Bresolin (UFRGS); Jivago Correia Barbosa (IPHAN/PB - IFPB); Jonas Moreira Vargas (UFPel); Juarez José Rodrigues Fuão (FURG); Julia Silveira Matos (FURG); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB); Marciane Ambrósio Benicio (UFPB); Mauro Dillmann Tavares (UFPel); Natália de Oliveira Tavares (USP); Rafael Nóbrega Araújo (UEPB/UFCG); Rafael Teixeira Chaves (UFPel); Taiane Mendes Taborda (UFPel); Vanessa Avila Costa (UFPel); Wagner Silveira Feloniuk (FURG); Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM); Wilian Junior Bonete (UFPel).

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/2
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH / Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone/Whatsapp: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

Catálogo – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alície Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História Pública : caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.2, ago. 2026. – Pelotas: UFPel/NDH, 2026 – 199 p. ; 3 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Conhecimento

CDD: 907



Filiada à ABEU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07
**A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA POSSIBILIDADE PARA DEMOCRATIZAR
O CONHECIMENTO**

PUBLIC HISTORY AS A POSSIBILITY FOR DEMOCRATIZING KNOWLEDGE

Lorena Gill | Alice Teixeira | Flaviano Batista

**QUEM DECIDE O QUE SERÁ LEMBRADO? INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL,
ACERVOS DIGITAIS E O FUTURO DO DIREITO À MEMÓRIA 12**
WHO DECIDES WHAT WILL BE REMEMBERED? ARTIFICIAL INTELLIGENCE, DIGITAL
COLLECTIONS AND THE FUTURE OF THE RIGHT TO MEMORY

Denis Ramon Funes Flores

**COLETÂNEA DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL E OS DESAFIOS DE UMA
HISTÓRIA PÚBLICA DENTRO DO PODER LEGISLATIVO 22**

FEDERAL SENATE ARCHIVE COLLECTION AND THE CHALLENGES OF PUBLIC HISTORY
WITHIN THE LEGISLATIVE BRANCH

Alexandre Alves de Sousa Moreira

**“HISTÓRIAS COMPARTILHADAS”: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PASSADO
NA COLEÇÃO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO
DE SÃO PAULO 35**

“SHARED HISTORIES”: COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE PAST IN THE ORAL HISTORY
COLLECTION OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION OF SÃO PAULO

Pedro Jardel Fonseca Pereira

**ARQUIVOS QUE REVELAM: O NDH/UFPEL E SUAS ARTICULAÇÕES
ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E
HISTÓRIA DAS MULHERES 55**

ARCHIVES THAT REVEAL: NDH/UFPEL AND ITS ARTICULATIONS BETWEEN PUBLIC
HISTORY, THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE, AND WOMEN'S HISTORY

Andreina Hardtke Corpes

**MEMÓRIA CONTRA O SILÊNCIO: O TRABALHO DA COMISSÃO
UNIVERSITÁRIA DA VERDADE / UFPEL COMO FERRAMENTA PARA A
PRÁTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA** **78**

MEMORY AGAINST SILENCE: THE WORK OF THE UNIVERSITY TRUTH
COMMISSION / UFPEL AS A TOOL FOR THE PRACTICE OF PUBLIC HISTORY

Nádia Coelho Kendzerski | Natasha Dias Castelli

**ENTRE O TRABALHO E OS FILHOS: MATERNIDADES E SERVIÇO
DOMÉSTICO NA ESCRAVIDÃO URBANA (RIO DE JANEIRO, 1870)** **95**

BETWEEN WORK AND CHILDREN: MOTHERHOOD AND DOMESTIC SERVICE IN URBAN
SLAVERY (RIO DE JANEIRO, 1870)

Nubia Sotini dos Santos

**ROTEIROS NEGROS NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA PÚBLICA E
ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA** **112**

BLACK ROUTES IN PARANÁ: PUBLIC HISTORY AND ANTI-RACIST HISTORY
EDUCATION

Noemi Santos da Silva | Merylin Ricieli dos Santos

**BABÁ X BORCHES – O POSSÍVEL PRIMEIRO NEGRO DO FUTEBOL
PELOTENSE** **130**

BABÁ X BORCHES – THE LIKELY FIRST BLACK PLAYER IN PELOTAS FOOTBALL

Gabriel Gonçalves Ribeiro

**DA FORMAÇÃO COIMBRA À COORDENAÇÃO IMPERIAL: ELITES,
PROVÍNCIAS E UNIDADE TERRITORIAL NO BRASIL OITOCENTISTA EM
PERSPECTIVA IBERO-AMERICANA** **145**

FROM COIMBRA TRAINING TO IMPERIAL COORDINATION: ELITES, PROVINCES, AND
TERRITORIAL UNITY IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL FROM AN IBERO-AMERICAN
PERSPECTIVE

Thiago Perez Bernardes de Moraes

**O EMPÓRIO DAS ARTES E A PRESENÇA INDÍGENA NO MUSEU DE ARTE
SACRA DO PARÁ: SILENCIAMENTOS E DESAFIOS EDUCATIVOS 168**

THE EMPORIUM OF ARTS AND THE INDIGENOUS PRESENCE AT THE PARÁ MUSEUM OF
SACRED ART: SILENCING AND EDUCATIONAL CHALLENGES

**Diego Pereira Santos | Gabriel Ramos Pacheco | Laís Santos Sousa |
Lorena Botelho de Souza | Mariane Alves Borges**

**ARQUITETURAS DO PROGRESSO: MANAUS, A BELLE ÉPOQUE E O
PROJETO URBANO REPUBLICANO NA AMAZÔNIA 182**

ARCHITECTURES OF PROGRESS: MANAUS, THE BELLE ÉPOQUE, AND THE REPUBLICAN
URBAN PROJECT IN THE AMAZON

**Janderson Gustavo Soares de Almeida | Clodoaldo Matias da Silva |
Maria das Graças Maciel de Oliveira | Denison Melo de Aguiar**

ARQUIVOS QUE REVELAM: O NDH /UFPEL E SUAS ARTICULAÇÕES ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E HISTÓRIA DAS MULHERES

ARCHIVES THAT REVEAL: NDH/UFPEL AND ITS ARTICULATIONS BETWEEN PUBLIC HISTORY, THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE, AND WOMEN'S HISTORY

Andreina Hardtke Corpes

Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas (2022) e Licenciatura em História pela mesma instituição (2026). É Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (2026) e atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação em História na mesma universidade. Foi bolsista de Extensão e de Iniciação Científica no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (2023-2024) e atuou como professora colaboradora de História no projeto Projeto Desafio Universitário da Universidade Federal de Pelotas (2023). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, História do Trabalho e História das Mulheres. Desenvolveu pesquisas sobre a imigração italiana na Colônia Maciel e, atualmente, investiga as relações entre gênero e trabalho feminino. Dedica-se ao estudo da história das mulheres e das relações de gênero no mundo do trabalho, com destaque para o trabalho de cuidado invisibilizado e para as demissões de trabalhadoras grávidas na cidade de Pelotas durante as décadas de 1940 e 1950, a partir da análise de processos da Justiça do Trabalho local.

E-mail:

andreinahardtkecorpes@gmail.com

Resumo: O presente artigo discute o papel do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas na preservação e utilização de processos da Justiça do Trabalho como fontes para a História das Mulheres. Analisa-se como esses documentos permitem acessar experiências de trabalhadoras historicamente invisibilizadas, evidenciando desigualdades de gênero, conflitos laborais e táticas de resistência. Fundamentado nos aportes da História do Trabalho, da História Pública e da História das Mulheres, o estudo destaca a relevância do NDH na democratização do conhecimento histórico por meio da pesquisa, digitalização e difusão de seus acervos. Além disso, enfatiza-se o potencial da História Pública para ampliar o acesso ao conhecimento histórico e fortalecer o diálogo entre universidade e sociedade. Conclui-se que a articulação entre preservação documental, investigação histórica e difusão pública contribui para a valorização de memórias marginalizadas e para a construção de uma consciência histórica crítica acerca das relações entre gênero, trabalho e direitos.

Palavras-Chave: História Pública; História das Mulheres; Processos Trabalhistas; Justiça do Trabalho.

Abstract: This article discusses the role of the Historical Documentation Center (NDH) of the Federal University of Pelotas in preserving and using Labor Court records as sources for Women's History. It analyzes how these documents make it possible to access the experiences of historically marginalized women workers, highlighting gender inequalities, labor conflicts, and strategies of resistance. Grounded in the contributions of Labor History, Public History, and Women's History, the study emphasizes the importance of the NDH in democratizing historical knowledge through the research, digitization, and dissemination of its collections. Furthermore, it highlights the potential of Public History to expand access to historical knowledge and strengthen the dialogue between universities and society. The article



concluídas that the articulation between documentary preservation, historical research, and public dissemination contributes to the valorization of marginalized memories and to the construction of a critical historical awareness regarding the relationships between gender, labor, and rights.

Keywords: Public History; Women's History; Labor Lawsuits; Labor Court.

Introdução

A análise da historiografia evidencia que, durante um longo período, as mulheres foram sistematicamente excluídas dos relatos oficiais e das narrativas sobre o passado. Predominou uma produção histórica que as posicionava como sujeitos periféricos, à margem dos eventos, frequentemente representadas como passivas ou como meras espectadoras dos processos históricos. Tal invisibilização está diretamente relacionada ao fato de que a escrita da História foi, por muito tempo, conduzida majoritariamente por homens, em sua maioria brancos e pertencentes às camadas sociais mais privilegiadas, cujos interesses se concentravam na valorização dos chamados “grandes acontecimentos” e das elites políticas e econômicas. Nesse contexto, diferentes grupos sociais, entre eles mulheres, populações negras e indígenas, foram relegados a posições secundárias ou completamente silenciados nas narrativas históricas.

Entretanto, é fundamental destacar que essa ausência nas narrativas não corresponde a uma ausência na realidade histórica. As mulheres sempre participaram ativamente das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais, especialmente aquelas pertencentes às camadas populares, cuja inserção no mundo do trabalho constituiu, historicamente, uma condição de sobrevivência. Ainda assim, suas experiências permaneceram pouco registradas, em grande medida devido às limitações impostas por uma sociedade estruturada por relações de gênero desiguais. A associação das mulheres ao espaço doméstico, somada à sobrecarga do trabalho reprodutivo e de cuidado, restringiu, e em muitos aspectos ainda restringe, suas possibilidades de atuação e visibilidade social. A esse quadro soma-se um arcabouço jurídico que, por longo tempo, subordinou as mulheres à autoridade masculina, inicialmente do pai ou de outros familiares e, posteriormente, do marido, limitando sua autonomia e sua capacidade de inserção no espaço público.

As transformações nesse cenário começam a se delinear de forma mais consistente a partir das décadas de 1960 e 1970, com a ampliação dos objetos e das fontes de pesquisa e com a incorporação de novas abordagens historiográficas, como a chamada “história vista de baixo”. Essa perspectiva passou a valorizar a experiência de sujeitos comuns e de grupos historicamente marginalizados, promovendo uma inflexão importante na forma de produzir conhecimento histórico. Nesse processo, a consolidação da História das Mulheres como campo específico de investigação ocorre em estreito diálogo com o movimento feminista e com revisões mais amplas no interior da disciplina histórica, que passaram a questionar as hierarquias tradicionais do

conhecimento e a reivindicar a inclusão de novos sujeitos, temas e perspectivas. Tal movimento foi fundamental para problematizar os silenciamentos historiográficos e fomentar a construção de narrativas mais plurais, críticas e inclusivas.

No contexto dessa renovação historiográfica, especialmente a partir da década de 1980, os processos judiciais, com destaque para os trabalhistas, passaram a ser incorporados de forma mais sistemática como fontes privilegiadas pela história social. Esses documentos permitem acessar experiências concretas de trabalhadores e trabalhadoras, possibilitando a reconstrução de trajetórias, conflitos, reivindicações e estratégias de ação que permanecem pouco visíveis em outras tipologias documentais.

Nessa perspectiva, o conceito de experiência, formulado por Thompson (1981), torna-se fundamental para compreender as dinâmicas presentes nesses processos. Para o autor, homens e mulheres não devem ser entendidos como indivíduos abstratos ou passivos, mas como sujeitos históricos inseridos em relações sociais e materiais marcadas por desigualdades, interesses e conflitos. As vivências cotidianas desses sujeitos são elaboradas por meio da consciência e da cultura, permitindo-lhes atribuir sentidos à realidade e agir sobre ela.

Assim, a experiência emerge do ser social e se transforma conforme se alteram as condições materiais de existência. Ela articula as condições objetivas da vida às formas pelas quais os sujeitos percebem, interpretam e enfrentam historicamente as relações sociais, contribuindo para a formação de interesses, consciências e práticas de ação diante das tensões do cotidiano.

No caso das mulheres, a relevância dos processos trabalhistas torna-se ainda mais significativa. Embora mediados por estruturas institucionais marcadas por assimetrias de poder, esses registros oferecem indícios fundamentais sobre condições de trabalho, formas de exploração, reivindicações e práticas de agência feminina. Desse modo, sua utilização não apenas amplia o campo empírico da pesquisa histórica, mas também contribui para enfrentar as invisibilizações que historicamente marcaram a escrita da História das Mulheres, trazendo à tona experiências e formas de resistência frequentemente silenciadas.

É nesse quadro que se insere o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), criado em 1990 sob a coordenação de Beatriz Ana Loner, com a finalidade de organizar, preservar e disponibilizar acervos documentais de relevância histórica. Atualmente, o NDH reúne, dentre vários outros documentos, mais de 93 mil processos trabalhistas da Vara do Trabalho de Pelotas, abrangendo o período de 1936 a 1995. Dentre esses registros, destacam-se as ações movidas por mulheres em busca do reconhecimento de direitos formalmente assegurados, mas frequentemente negligenciados, as quais evidenciam práticas recorrentes de violação, como a dispensa motivada pela gravidez, por exemplo. Embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), construída em 1943 pelo Governo varguista, previsse mecanismos de proteção à maternidade, os processos das décadas iniciais de sua vigência revelam um significativo descompasso entre a legislação e sua efetiva aplicação. Nesse contexto, trabalhadoras continuavam sendo demitidas e frequentemente percebidas como um ônus pelos empregadores, sobretudo em razão

das obrigações associadas ao afastamento e ao auxílio-maternidade, cuja responsabilidade somente foi transferida ao sistema previdenciário em 1974.

Nesse sentido, o acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas configura-se como uma fonte histórica de valor singular, ao possibilitar o acesso às experiências de sujeitos historicamente marginalizados, em especial as mulheres. Esses documentos oferecem uma perspectiva privilegiada sobre o mundo do trabalho em âmbito local, permitindo compreender dinâmicas laborais, conflitos cotidianos, bem como formas de inserção e permanência feminina no espaço produtivo. Ao registrarem vozes femininas, seja na condição de reclamantes ou de testemunhas, ainda que mediadas pela linguagem jurídica, tais processos contribuem para a construção de narrativas mais inclusivas, evidenciando trajetórias marcadas por desigualdades de gênero, táticas de resistência e disputas por direitos.

A mobilização dessas fontes no campo da pesquisa histórica desempenha, portanto, um papel fundamental ao retirar tais experiências do silenciamento a que permanecem submetidas no interior dos arquivos. Ao serem analisadas e interpretadas, passam a integrar o debate historiográfico e a alcançar públicos para além do espaço acadêmico. Nesse processo, a pesquisa histórica não apenas produz conhecimento, mas também atua como mediadora entre o acervo documental e a sociedade, conferindo visibilidade a trajetórias que, de outro modo, permaneceriam restritas aos arquivos.

Contudo, para além da produção acadêmica, coloca-se um desafio central: de que maneira essas narrativas, uma vez elaboradas, podem alcançar públicos mais amplos e contribuir efetivamente para o debate social contemporâneo? É nesse ponto que a perspectiva da História Pública se mostra particularmente relevante, ao propor a ampliação do diálogo entre universidade e sociedade por meio da circulação do conhecimento histórico em diferentes formatos, linguagens e espaços. A divulgação dessas pesquisas, especialmente aquelas voltadas às experiências de mulheres trabalhadoras, possibilita não apenas a ampliação do acesso ao conhecimento, mas também a construção de uma consciência histórica crítica, capaz de problematizar desigualdades persistentes e qualificar o debate público sobre gênero e direitos.

Assim, ao articular as investigações desenvolvidas no âmbito do NDH com o público externo, sob a perspectiva da História Pública, evidencia-se o potencial desse campo na ampliação do alcance social do conhecimento histórico e na valorização de experiências historicamente marginalizadas. Essa interlocução contribui para a construção de formas mais democráticas de produção e compartilhamento do saber, reforçando o compromisso social da pesquisa histórica e ampliando o impacto público das investigações.

Nesse contexto, o presente artigo propõe discutir o NDH e as pesquisas nele desenvolvidas, com ênfase no uso de processos da Justiça do Trabalho como fontes para a escrita da história das mulheres. Busca-se, ainda, analisar de que maneira essas pesquisas são socializadas junto ao público e como, a partir da ampliação do acesso, contribuem para a renovação dos debates e para a efetiva democratização do conhecimento histórico.

Silenciamentos históricos e produção de visibilidades: contribuições da História do Trabalho e da História Pública para a História das Mulheres

A constituição de espaços institucionais voltados à preservação documental tem desempenhado papel decisivo na ampliação dos horizontes da pesquisa histórica, especialmente no campo da História do Trabalho e da História das Mulheres. Conforme destacam Loner e Gill (2008), no momento da fundação do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH/UFPel), a cidade de Pelotas contava com poucos espaços destinados à guarda sistemática de documentos históricos, sendo a Biblioteca Pública Pelotense uma das raras exceções. Nesse contexto, o NDH emergiu como resposta a uma lacuna institucional significativa, relacionada à inexistência de um órgão responsável pela preservação de acervos que, frequentemente, encontravam-se dispersos e sujeitos à deterioração. Tal demanda mostrava-se particularmente relevante no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e da própria UFPel, impulsionada pela necessidade de fontes para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Ao longo de sua trajetória, o NDH consolidou-se como um Centro de Documentação, distinguindo-se de arquivos e bibliotecas pela natureza heterogênea de seus acervos, compostos por documentos de múltiplas origens e suportes, como registros textuais, iconográficos e audiovisuais (Gill e Loner, 2013). Diferentemente das bibliotecas, cujos materiais são organizados prioritariamente para leitura e consulta, os centros de documentação estruturam seus acervos com vistas à produção do conhecimento, articulando preservação, organização e disponibilização de fontes. Nesse sentido, o NDH exemplifica esse modelo ao integrar documentos oficiais, registros de história oral e materiais digitalizados, ao mesmo tempo em que se constitui como espaço ativo de ensino, pesquisa, extensão e atendimento ao público.

Essa configuração institucional possibilitou ao Núcleo ampliar significativamente suas funções, consolidando-se como referência na preservação da memória social, sobretudo no que diz respeito à história dos trabalhadores e trabalhadoras. De acordo com Gill e Loner (2008), essa orientação aproxima-se da perspectiva da “história vista de baixo”, ao valorizar trajetórias historicamente negligenciadas pela historiografia tradicional. Ao privilegiar experiências de operários, mulheres e indivíduos adoecidos, o NDH contribui para a ampliação do escopo interpretativo sobre o passado social e laboral, tensionando narrativas hegemônicas e promovendo a incorporação de novos sujeitos históricos.

Entre os acervos sob sua guarda, destaca-se o conjunto documental da Justiça do Trabalho de Pelotas, considerado por Loner (2010) o mais completo do Rio Grande do Sul e possivelmente do Brasil. Com processos que remontam à década de 1930, esse acervo apresenta como característica singular sua preservação integral, sem recortes seletivos, o que assegura continuidade temporal e evita lacunas na reconstrução da memória histórica do trabalho. Tal especificidade adquire maior relevância quando considerada à luz do contexto de destruição documental incentivado pela Lei nº 7.627/1987, que autorizava a eliminação de processos trabalhistas encerrados há mais de cinco anos.

Como apontam Gill, Pieper e Silva (2013), a aplicação dessa legislação resultou na perda de inúmeros registros históricos em diferentes regiões do país, comprometendo a possibilidade de investigação sobre o mundo do trabalho. Em contraposição a esse cenário, o NDH desempenhou papel decisivo ao firmar, em 2005, um convênio com a Justiça do Trabalho, garantindo a transferência e salvaguarda dos processos de Pelotas. Segundo Gill (2020), essa iniciativa foi fundamental para impedir a destruição de um acervo de valor inestimável, sobretudo em um contexto no qual outras cidades já haviam eliminado seus documentos.

A dimensão desse conjunto documental é expressiva. Conforme análise de Koschier (2019), o banco de dados do NDH reúne 93.845 processos trabalhistas, abrangendo o período de 1936 a 1998, inclusive registros anteriores à formalização da Justiça do Trabalho em 1941. Esses documentos permitem examinar, em perspectiva histórica, conflitos, condições de trabalho e transformações sociais. No que se refere ao perfil dos reclamantes, observa-se a predominância masculina (76%), seguida pela participação feminina (23%) e por casos não identificados (1%). Ainda assim, conforme destaca Gill (2020), a presença das mulheres cresceu progressivamente ao longo do período, acompanhando sua maior inserção no mercado de trabalho, embora marcada por maiores índices de indeferimento nos resultados dos processos, o que evidencia a persistência de concepções que desvalorizavam o trabalho feminino.

Para além desse acervo, o NDH abriga uma ampla diversidade de fundos documentais, incluindo mais de 627 mil fichas da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, arquivos de fábricas, como os da Laneira Brasileira S.A., e acervos mais recentes, como o da Transportes Urbanos e Rurais Fragata. O Núcleo também preserva documentos relacionados a movimentos estudantis, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e à própria UFPel, configurando um conjunto heterogêneo que amplia as possibilidades de investigação e favorece abordagens que articulam diferentes dimensões da vida social, política e econômica.

A relevância desses acervos, contudo, não se restringe à sua dimensão quantitativa, mas reside sobretudo em seu potencial interpretativo. Como argumenta Biavaschi (2010), os processos trabalhistas constituem fontes privilegiadas para a análise das relações sociais, dos modos de vida e dos contextos econômicos. Ao registrarem o cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras, esses documentos possibilitam compreender tanto o passado quanto suas permanências no presente, evidenciando que sua destruição representa uma perda irreparável para a memória coletiva.

Nessa direção, Chalhoub e Fontes (2009) ressaltam que a preservação dos acervos da Justiça do Trabalho está diretamente vinculada à própria possibilidade de escrita da história dos trabalhadores no Brasil. Segundo os autores, a destruição documental decorrente da legislação de 1987 comprometeu o acesso a fontes fundamentais, mobilizando historiadores, juristas e instituições em defesa de sua salvaguarda. Ademais, destacam que tais documentos permitem interpretações mais complexas sobre a relação entre trabalhadores e legislação, evidenciando o recurso à Justiça do Trabalho como tática de reivindicação e garantia de direitos.

Em um país marcado por profundas desigualdades no acesso à educação, esses processos assumem ainda maior relevância, na medida em que se configuram como fontes privilegiadas para acessar as vozes das classes trabalhadoras, ainda que mediadas por estruturas institucionais (Chalhoub e Fontes, 2009). Tal perspectiva aproxima-se diretamente dos pressupostos da História Pública, ao enfatizar a importância da preservação, do acesso e da circulação dessas fontes para além do meio acadêmico, promovendo a democratização do conhecimento histórico.

No campo da História Pública, Almeida e Rovai (2013) destacam que sua prática ultrapassa a mera difusão do conhecimento, envolvendo a articulação entre diferentes disciplinas, linguagens e suportes. Trata-se de um campo que não se limita à preservação da cultura material, mas que busca fomentar a reflexão social acerca das relações entre passado e presente, conferindo maior relevância social ao conhecimento histórico. Nessa mesma direção, Rovai e Monteiro (2020) argumentam que a História Pública amplia o papel do historiador ao propor novas formas de produção, ensino e divulgação do saber histórico, enfatizando temáticas como memórias coletivas, identidades e experiências historicamente marginalizadas. Ao explorar múltiplos meios, como cinema, rádio, internet e exposições, esse campo contribui para a construção de narrativas mais acessíveis, plurais e socialmente engajadas, promovendo a participação ativa de diferentes públicos em sua elaboração e circulação.

É nesse contexto que se insere a atuação do Núcleo de Documentação Histórica (NDH), cuja produção recente evidencia uma estreita articulação com a História Pública, especialmente no que se refere à História das Mulheres. As pesquisas desenvolvidas a partir dos processos da Justiça do Trabalho têm possibilitado a análise de experiências femininas no mundo do trabalho e sua posterior difusão para além do meio acadêmico, por meio de diferentes linguagens e espaços de circulação.

Para além dessa dimensão, o NDH também desempenha um papel significativo na valorização da memória regional, ao ampliar o debate sobre diferentes espaços e lugares de memória da cidade de Pelotas por meio de publicações, como livros, e da produção de conteúdos informativos e de divulgação em plataformas digitais. Essas iniciativas reforçam sua atuação como agente de mediação entre o conhecimento histórico e a sociedade, ampliando as formas de circulação e apropriação do saber histórico.

Tal dinâmica contribui para ampliar o alcance dessas narrativas, fomentando reflexões críticas sobre as desigualdades de gênero e promovendo o diálogo com públicos diversos. Nesse sentido, o material produzido no âmbito do NDH revela-se particularmente relevante para sua utilização no contexto da educação básica, ao possibilitar a aproximação entre a produção acadêmica e o ensino de História. Ao serem incorporadas às práticas pedagógicas, essas produções permitem que estudantes tenham acesso a narrativas fundamentadas em fontes históricas, favorecendo a construção de uma aprendizagem mais contextualizada e crítica.

No âmbito do ensino, essa abordagem implica uma inflexão epistemológica e pedagógica, na qual professores e estudantes passam a ser concebidos como sujeitos ativos na construção do conhecimento histórico (Rovai e Monteiro, 2020). A

incorporação de práticas participativas e dialógicas favorece a constituição de processos de aprendizagem mais críticos, colaborativos e inclusivos, ao mesmo tempo em que amplia as formas de acesso, produção e circulação do saber histórico. Nesse cenário, a promulgação da Lei nº 14.986/2024, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história das mulheres na educação básica, reforça a necessidade de abordagens que integrem múltiplos sujeitos, experiências e narrativas historicamente marginalizadas, evidenciando o potencial das articulações entre História Pública, pesquisa acadêmica e ensino na construção de uma educação histórica mais plural e socialmente comprometida.

Nessa direção, destaca-se a relevância dos processos trabalhistas de mulheres salvaguardados no NDH, cuja mobilização em pesquisas e sua posterior difusão, em diálogo com os pressupostos da História Pública, ampliam as possibilidades de circulação dessas narrativas para além do meio acadêmico. Ao serem incorporadas ao contexto escolar, essas fontes possibilitam o contato direto de professores e estudantes com experiências históricas concretas, extraídas de documentos históricos, favorecendo a problematização das desigualdades de gênero. Além disso, tais materiais contribuem para o estabelecimento de conexões entre passado e presente, ao evidenciar permanências nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho e na vida cotidiana, fomentando, assim, reflexões críticas e socialmente situadas sobre as relações de gênero.

No que se refere à História das Mulheres, a utilização dos processos trabalhistas como fontes de pesquisa revela-se fundamental para a compreensão de suas trajetórias no mundo do trabalho, bem como das dinâmicas de gênero que o atravessam, tais como assédio, machismo, perseguições e outras formas de discriminação. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível considerar os processos históricos de invisibilização que marcaram a própria constituição desse campo de investigação. Burke (1992) já apontava a escassez de registros sobre as mulheres, evidenciando o caráter predominantemente masculino da historiografia tradicional. Perrot (2007), por sua vez, aprofunda essa análise ao destacar que as mulheres deixaram poucos vestígios diretos, em razão tanto de seu acesso tardio à escrita quanto da desvalorização de suas produções, frequentemente consideradas irrelevantes ou descartáveis, o que contribuiu para sua marginalização nas narrativas históricas.

Rago (2004) acrescenta que grande parte da documentação sobre as mulheres foi produzida por agentes externos, como médicos, policiais e industriais, o que resultou em representações marcadas por perspectivas masculinas e, frequentemente, por vieses normativos. Nesse contexto, as trabalhadoras foram reiteradamente retratadas como figuras passivas, desprovidas de protagonismo e agência histórica. Tal processo de invisibilização articula-se diretamente à divisão sexual do trabalho, que, ao longo do tempo, confinou as mulheres ao espaço doméstico e ao trabalho não remunerado, contribuindo para a desvalorização de suas experiências (Perrot, 2005; 2008).

É precisamente em tensionamento a essas ausências e distorções que emerge a História das Mulheres, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, em estreito diálogo com o movimento feminista (Lunz, 2018; Scott, 1992). Esse movimento não se limitou à incorporação das mulheres como objeto de estudo, mas implicou uma revisão crítica das categorias analíticas tradicionais e das relações de poder que estruturam a produção do conhecimento histórico, abrindo espaço para novas abordagens, fontes e problemáticas.

Nesse cenário de renovação historiográfica, os processos trabalhistas assumem papel central. Conforme destacam Schneider (2014) e Bonini (2006), tais documentos possibilitam o acesso ao cotidiano das trabalhadoras, tornando visíveis conflitos, desigualdades e táticas de resistência que dificilmente emergem em outras tipologias documentais. Ainda que mediados pela linguagem jurídica e pelas estruturas institucionais, esses registros permitem compreender como diferentes sujeitos interpretaram, negociaram e mobilizaram a legislação trabalhista em defesa de seus interesses, evidenciando formas de agência feminina no interior de relações sociais marcadas por assimetrias de poder.

Conforme argumenta Venâncio (2001), a história das mulheres oscila entre sua diluição na narrativa geral e seu isolamento como campo específico, movimento que pode, paradoxalmente, reforçar desigualdades. Nesse contexto, fontes como os processos trabalhistas permitem superar parcialmente essa limitação ao possibilitar o acesso às experiências femininas no mundo do trabalho (Soihet, 1997).

Desse modo, a articulação entre História do Trabalho, História Pública e História das Mulheres evidencia o papel importante de instituições como o NDH na produção de visibilidades históricas. Ao preservar, organizar e ampliar o acesso aos acervos, especialmente aos processos da Justiça do Trabalho, o Núcleo não apenas assegura a salvaguarda de fontes, mas também possibilita o acesso às experiências de sujeitos historicamente marginalizados, em particular das mulheres trabalhadoras. Sua atuação aproxima-se dos pressupostos da História Pública ao promover a democratização do conhecimento e o diálogo entre universidade e sociedade.

Ao mesmo tempo, ao trazer à tona narrativas femininas historicamente silenciadas, o NDH contribui para o fortalecimento da História das Mulheres, evidenciando desigualdades de gênero e valorizando as táticas de ação e resistência construídas pelas mulheres no mundo do trabalho. Por táticas de gênero compreende-se, conforme Certeau (1988), as formas de ação mobilizadas por sujeitos que não dispõem de poder ou de um espaço próprio de atuação. Diferentemente das estratégias, associadas aos grupos dominantes, que controlam instituições e exercem poder a partir de um lugar definido, as táticas operam no espaço do outro, apropriando-se das oportunidades e circunstâncias de maneira criativa e astuciosa, como forma de resistência e negociação diante das imposições do poder.

Petersen (1994) amplia essa definição ao afirmar que as táticas integram a lógica do cotidiano. Para a autora, elas são móveis, fragmentadas e dependentes das oportunidades oferecidas pelo contexto, funcionando como artimanhas sutis que podem emergir de forma inesperada. Já Gill e Koschier (2025) compreendem o acesso

à Justiça do Trabalho como uma dessas táticas, mobilizada por trabalhadores e trabalhadoras para garantir condições mínimas de sobrevivência e assegurar direitos em contextos de vulnerabilidade.

Entre arquivo, pesquisa e sociedade: o NDH / UFPel na perspectiva da História Pública e da democratização da memória

O Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas distingue-se de outros espaços de salvaguarda documental pelo caráter dinâmico de seus acervos, continuamente mobilizados em pesquisas historiográficas, dissertações, teses, livros e diversas formas de produção acadêmica. Trata-se, nesse sentido, de um arquivo vivo, cuja função ultrapassa a preservação material dos documentos, estendendo-se à produção, circulação e socialização do conhecimento histórico. As atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo não se restringem ao espaço universitário, uma vez que seus resultados são frequentemente apresentados em eventos diversos e, também, difundidos junto ao público não especializado, ampliando o alcance social da historiografia produzida.

Essa dimensão de interlocução com a sociedade é potencializada pela atuação da coordenação do NDH, especialmente por meio da presença recorrente da professora Lorena Almeida Gill em veículos de comunicação, como rádio e imprensa local. Tal visibilidade contribui para o reconhecimento público do trabalho desenvolvido pelo Núcleo, gerando efeitos concretos na ampliação de seu acervo. A partir dessa interação, diferentes sujeitos passam a colaborar ativamente com a instituição por meio da doação de documentos, incluindo jornais, revistas, livros, arquivos pessoais e outros conjuntos documentais. Esse fluxo contínuo de incorporação de fontes não apenas enriquece o patrimônio do NDH, mas também amplia significativamente as possibilidades de investigação histórica, favorecendo a produção de novos conhecimentos e sua circulação entre públicos diversos. Desse modo, observa-se uma dinâmica que se aproxima dos princípios da História Pública, sobretudo no que se refere à participação social, à ampliação do acesso e à construção compartilhada do conhecimento histórico.

O crescente interesse social pela História constitui elemento central para compreender essa dinâmica. Tal interesse manifesta-se tanto na valorização de memórias familiares e locais quanto na ampla difusão de conteúdos históricos em plataformas digitais. Redes sociais como YouTube, Instagram e TikTok têm se consolidado como espaços privilegiados de circulação dessas narrativas, evidenciando uma demanda por conteúdos históricos acessíveis e atrativos. Nesse contexto, a História Pública emerge como um campo fundamental para pensar as formas de mediação entre produção acadêmica e sociedade, buscando ampliar o acesso ao conhecimento histórico sem abdicar do rigor teórico e metodológico que caracteriza a disciplina.

Entretanto, a ampliação da circulação de conteúdos históricos, especialmente em ambientes digitais, também coloca desafios importantes. A popularização da história, embora amplie o acesso, vem frequentemente acompanhada da disseminação de informações imprecisas, simplificações excessivas e narrativas

desprovidas de fundamentação. Diante desse cenário, torna-se ainda mais relevante a atuação de historiadores e de instituições como o NDH na produção e divulgação de conteúdos qualificados, capazes de contribuir para o debate público e para a formação de uma cultura histórica crítica e socialmente responsável.

Nesse sentido, o NDH não se limita à função de preservação documental, mas atua como mediador entre passado e presente, estabelecendo conexões entre a universidade e a sociedade. Ao articular preservação, pesquisa e divulgação, o Núcleo insere-se no campo da História Pública, contribuindo para a democratização do acesso às fontes, para a valorização de múltiplas memórias e para a construção de narrativas históricas mais inclusivas.

A digitalização de acervos constitui, nesse processo, uma estratégia fundamental. Ao possibilitar o acesso remoto a documentos anteriormente restritos à consulta presencial, a digitalização amplia significativamente o alcance das fontes históricas, reduzindo barreiras geográficas e materiais. No caso dos processos da Justiça do Trabalho, por exemplo, sua disponibilização em formato digital permite que pesquisadores de diferentes regiões acessem esse conjunto documental, além de favorecer seu uso social em demandas jurídicas, reconstrução de trajetórias individuais e elaboração de memórias coletivas. Assim, a digitalização não apenas potencializa a pesquisa acadêmica, mas também reforça a função social dos arquivos.

Um exemplo expressivo dessa atuação voltada à difusão do conhecimento histórico é o lançamento da obra *Dicionário de História de Pelotas, Volume II*. A publicação reúne verbetes elaborados por mais de uma centena de pesquisadores, evidenciando o caráter coletivo e plural da produção historiográfica vinculada ao NDH. A opção por uma linguagem clara e acessível, aliada à organização em textos curtos, dialoga com as formas contemporâneas de consumo de informação, sem, contudo, comprometer o rigor científico. Os verbetes são fundamentados em pesquisas consistentes e explicitam as fontes utilizadas, garantindo a confiabilidade das informações.

A expressiva recepção do *Volume I*, lançado em 2005, com mais de 152 mil downloads até o momento, evidencia não apenas o interesse social pela história local, mas também a relevância de iniciativas voltadas à democratização do conhecimento histórico. Em resposta a essa demanda, o *Volume II* foi concebido com o compromisso de ampliar e facilitar o acesso, sendo disponibilizado tanto em formato impresso, cuja tiragem já se encontra esgotada, quanto em versão digital. O elevado número de acessos à edição online, que ultrapassou mil downloads em menos de um mês após o lançamento, reforça o potencial das plataformas digitais na difusão do conhecimento histórico e na ampliação de seu alcance junto a públicos diversos.

Além de sua relevância para a pesquisa, a obra apresenta expressivo potencial pedagógico, particularmente no âmbito da educação básica. Ao reunir conteúdos acessíveis, sem abrir mão do rigor analítico, o *Dicionário de História de Pelotas* configura-se como um recurso didático capaz de aproximar o ensino de História da realidade local dos estudantes, favorecendo práticas pedagógicas mais críticas, contextualizadas e socialmente situadas. Desse modo, contribui para o fortalecimento

do diálogo entre produção acadêmica e ensino, ampliando o alcance social do conhecimento histórico.

Iniciativas dessa natureza evidenciam o papel do NDH como agente de História Pública, na medida em que converte resultados de pesquisas acadêmicas em conteúdos socialmente relevantes e amplamente acessíveis. Ao promover essa mediação, o Núcleo contribui para a formação de uma consciência histórica mais crítica, possibilitando que diferentes públicos se apropriem e ressignifiquem narrativas sobre o passado local.

Nessa perspectiva, como destacam Almeida e Rovai (2013), a História Pública não se limita à difusão do conhecimento, mas envolve também o compromisso com a preservação do patrimônio material e imaterial, bem como com a responsabilidade político-social em relação à memória coletiva. Arquivos e centros de documentação assumem, assim, uma função social fundamental ao preservar, organizar e garantir o acesso a múltiplas fontes históricas, constituindo-se como espaços de pesquisa, formação e referência. A organização e a disponibilização desses acervos ampliam a visibilidade de diferentes grupos, instituições e comunidades, ao mesmo tempo em que ressaltam a importância da formação de profissionais qualificados para sua gestão, interpretação e difusão.

Dessa forma, o NDH exemplifica de maneira significativa a articulação entre preservação documental, produção de conhecimento e compromisso social, reafirmando o papel estratégico dos centros de documentação na democratização da memória e na construção de uma historiografia mais inclusiva e socialmente relevante.

Digitalização e democratização do acesso: os processos da Justiça do Trabalho na perspectiva da História Pública

Nos últimos anos, o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) tem intensificado seus esforços no processo de digitalização de acervos, com destaque para os processos da Justiça do Trabalho. Do conjunto de 93.845 processos salvaguardados, uma parcela significativa, ou seja, mais de 6 mil, já foi convertida para o formato digital, em atividades conduzidas por bolsistas de extensão e de iniciação científica vinculados ao Núcleo. Para além desse conjunto, outros fundos documentais também vêm sendo incorporados a esse processo, com o objetivo de ampliar o acesso às fontes e possibilitar sua consulta por pesquisadores de diferentes regiões do país e do exterior. Trata-se, portanto, de uma estratégia que articula preservação e difusão do conhecimento, alinhando-se às demandas contemporâneas de acesso aberto à informação e às práticas de circulação ampliada do saber histórico.

Nesse sentido, conforme destacam Souza e Almeida (2024), a digitalização documental constitui uma prática consolidada nas instituições de memória, ao permitir a conversão de acervos em diferentes suportes para o formato digital. Sua relevância não se restringe à ampliação do acesso, possibilitando a consulta remota por públicos diversos, especializados ou não, mas abrange também a preservação dos documentos físicos, frequentemente sujeitos a processos de degradação, como oxidação, desbotamento, umidade e decomposição química. Além disso, a digitalização insere-se

no campo dos usos eletrônicos do passado, ao viabilizar a disponibilização de documentos em plataformas digitais de acesso livre e gratuito, o que reforça seu potencial no âmbito da História Pública, ao democratizar o conhecimento histórico e ampliar sua circulação social.

A dimensão preservacionista da digitalização torna-se ainda mais evidente quando se consideram situações de risco que ameaçam diretamente os acervos físicos. Eventos recentes têm demonstrado a vulnerabilidade das instituições de memória diante de desastres naturais e outras ocorrências imprevistas. Durante as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, diversos museus, arquivos e instituições culturais sofreram danos significativos, resultando na perda parcial ou total de acervos e, conseqüentemente, de informações essenciais para a compreensão do passado e da memória coletiva.

Um caso emblemático foi o do Arquivo-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), que abriga cerca de 3 milhões de processos, incluindo documentos reconhecidos pela UNESCO, desde 2014, como parte do programa Memória do Mundo. Durante a inundação, que submergiu o arquivo por aproximadamente dois dias e atingiu níveis de até três metros, cerca de 1 milhão de processos foram diretamente afetados, configurando uma perda potencial de grande magnitude para a memória jurídica e social do país. Em resposta, o TRT-4 mobilizou uma força-tarefa para a reconstrução do acervo, envolvendo procedimentos técnicos de secagem, higienização e posterior digitalização dos documentos, com vistas à preservação das informações.

Esse episódio evidencia que a digitalização deve ser compreendida não apenas como ferramenta de acesso, mas também como estratégia fundamental de salvaguarda do patrimônio documental. Ao possibilitar a criação de cópias digitais, reduz-se o risco de perda irreversível de informações, assegurando a continuidade das pesquisas e a preservação da memória coletiva. Assim, iniciativas dessa natureza articulam-se diretamente aos princípios da História Pública, ao promover tanto a proteção quanto a ampla disponibilização dos acervos para diferentes públicos.

Nessa perspectiva, Souza e Almeida (2024) ressaltam que a digitalização amplia significativamente as possibilidades de acesso, permitindo que documentos históricos sejam consultados em qualquer espaço e por diferentes perfis de usuários, sejam pesquisadores ou não. Ao integrarem plataformas digitais de acesso livre e gratuito, esses documentos passam a compor os chamados usos eletrônicos do passado, ampliando sua circulação e potencial interpretativo. Além disso, como argumentam os autores, tais documentos são portadores de memória, e as tecnologias digitais possibilitam não apenas sua preservação, mas também sua problematização e ressignificação.

Apesar de seus avanços, o processo de digitalização no NDH enfrenta desafios estruturais significativos. A limitação de recursos materiais, como a escassez de equipamentos adequados, especialmente scanners, bem como a insuficiência de bolsistas e de financiamento contínuo, impacta diretamente no ritmo de digitalização dos acervos. Dessa forma, embora os esforços sejam constantes, apenas uma parcela do

conjunto documental encontra-se atualmente digitalizada, o que evidencia a necessidade de investimentos institucionais que possibilitem a ampliação e a consolidação dessa política de preservação e acesso.

Ainda assim, o trabalho desenvolvido pelo NDH demonstra o potencial transformador das práticas de digitalização no campo da História Pública. Ao preservar documentos e, simultaneamente, convertê-los em fontes acessíveis a públicos diversos, o Núcleo contribui para a construção de novas narrativas históricas, para o fortalecimento da cidadania e para a democratização do acesso à informação. Nesse sentido, os acervos deixam de ser apenas repositórios do passado e passam a atuar como instrumentos ativos na produção de conhecimento e na ampliação do diálogo entre história e sociedade.

Do arquivo à sociedade: Justiça do Trabalho, experiências femininas e suas contribuições para a História das Mulheres

Nos últimos anos, tem-se observado um crescimento significativo de pesquisas fundamentadas nos processos da Justiça do Trabalho de Pelotas, salvaguardados no NDH. Parte expressiva desses estudos volta-se à temática das mulheres, contribuindo para a visibilização de suas trajetórias e experiências, que por muito tempo estiveram relegadas ao esquecimento nos arquivos, conforme já dito. Ao serem mobilizadas como fontes de investigação, essas documentações permitem reconstruir vivências femininas no mundo do trabalho, revelando conflitos, táticas e formas de agência que, por muito tempo, permaneceram invisibilizadas.

Como exemplo, destaca-se a tese de doutorado de Taiane Tabora (2023), que investigou o cotidiano das trabalhadoras da Companhia Fiação e Tecidos Pelotenses, articulando História Oral, fonte fundamental para a História das Mulheres, e análise documental. Também merecem destaque as pesquisas desenvolvidas por Lorena Gill (2019; 2020), que exploram as potencialidades dos processos trabalhistas para a escrita da história das mulheres. Mais recentemente, novos estudos vêm sendo desenvolvidos, abordando temas como a luta pelo reconhecimento de direitos relacionados à maternidade, o trabalho de cuidado, o adoecimento de trabalhadoras e a atuação feminina nas indústrias de conservas. Em conjunto, essas pesquisas evidenciam o potencial do acervo do NDH para a produção de uma historiografia mais inclusiva e sensível às questões de gênero.

Ao serem publicizadas e difundidas para além do meio acadêmico, essas discussões adquirem maior densidade social, fomentando debates que ultrapassam os limites da universidade e alcançam diferentes públicos, especialmente mulheres interessadas em compreender sua história, seus direitos e as dinâmicas de gênero que atravessam suas experiências. Nesse sentido, a circulação ampliada do conhecimento histórico, em diálogo com os pressupostos da História Pública, contribui para a formação de uma consciência crítica, ao tornar acessíveis reflexões que, por muito tempo, permaneceram restritas ao espaço acadêmico.



Entretanto, é fundamental reconhecer que tais debates também se fazem urgentes no interior das próprias instituições de ensino superior. Embora as mulheres constituam atualmente a maioria nesse nível de ensino, representando 59,1% das matrículas, segundo dados do INEP (2025), o ambiente acadêmico ainda é marcado por desigualdades de gênero, sobretudo no que se refere à ocupação de posições de maior prestígio e poder, frequentemente dominadas por homens. Além disso, muitas mulheres relatam experiências de não pertencimento, intimidação, desproteção e situações de assédio moral e sexual, evidenciando a persistência de práticas estruturais de caráter machista e misógino.

Essas dinâmicas tornam-se ainda mais preocupantes quando se observa que a violência de gênero não está ausente do espaço universitário. Um exemplo recente e extremo foi o feminicídio de uma professora de 41 anos, docente de Direito Penal, assassinada por um aluno dentro de uma instituição de ensino superior em Porto Velho, Rondônia, em fevereiro de 2026. O episódio evidencia que, longe de serem espaços plenamente seguros, as universidades também reproduzem tensões e violências presentes na sociedade. Nesse contexto, a produção e a difusão de pesquisas sobre mulheres, gênero e trabalho, como aquelas desenvolvidas a partir dos acervos do NDH, assumem um papel ainda mais relevante, ao contribuir para a problematização dessas desigualdades e para a construção de ambientes acadêmicos mais críticos, seguros e inclusivos.

Ao analisar as trajetórias dessas mulheres e suas lutas por direitos, evidencia-se uma profunda articulação entre passado e presente. Embora a maior parte dos processos trabalhistas envolvendo mulheres, preservados no NDH, refira-se a demandas concluídas há décadas, muitas das problemáticas ali registradas permanecem atuais, tanto no âmbito laboral quanto na vida cotidiana. A recorrência de práticas discriminatórias revela o caráter estrutural das desigualdades de gênero, historicamente sustentadas por uma ordem social de matriz patriarcal, que relegou as mulheres ao espaço doméstico e limitou seu acesso a direitos. Nesse sentido, a análise dessas fontes não apenas contribui para a compreensão do passado, mas também permite problematizar permanências e tensionar as continuidades das relações desiguais no presente.

A análise histórica dessas experiências também evidencia o caráter recente de muitas conquistas femininas. Em termos de longa duração, direitos hoje considerados fundamentais foram assegurados há poucas décadas, como a possibilidade de as mulheres exercerem atividade profissional sem autorização do marido, garantida apenas com o Estatuto da Mulher Casada, de 1962. Do mesmo modo, a Constituição de 1988 representou um marco ao estabelecer a igualdade formal entre homens e mulheres em direitos e obrigações, rompendo com dispositivos anteriores, como os do Código Civil de 1916, que classificavam as mulheres como relativamente incapazes. Esses marcos legais, embora fundamentais, não eliminaram as desigualdades, o que reforça a importância de compreender historicamente tais processos e suas permanências.

Com o objetivo de articular passado e presente, bem como evidenciar a relevância dos processos trabalhistas como fontes para a compreensão das permanências nas desigualdades de gênero, foram selecionados dois casos distintos: um processo tramitado na Vara do Trabalho de Pelotas, em 1948, e um episódio recente, ocorrido em 2024, no qual uma trabalhadora foi submetida a sucessivas negligências no ambiente laboral, culminando na perda de suas filhas gêmeas durante a jornada de trabalho. Não se pretende, contudo, estabelecer uma comparação direta entre contextos históricos distintos, tampouco incorrer em anacronismos, mas propor uma leitura relacional que permita identificar continuidades, tensões e reconfigurações nas formas de discriminação de gênero no mundo do trabalho. A aproximação entre esses casos possibilita problematizar como, a despeito de avanços legais significativos, persistem práticas de negligência, desproteção e violência, além de evidenciar o potencial analítico dessas fontes para a reflexão crítica e para o fortalecimento de debates públicos.

Nesse quadro, a trajetória de Margarida constitui um ponto de partida privilegiado para a apreensão dessas dinâmicas. Sua experiência evidencia a condição de profunda vulnerabilidade das trabalhadoras na década de 1940, marcada por relações laborais desiguais e por uma estrutura social atravessada por práticas de controle e discriminação de gênero. Contratada em 1947 como copeira no Café Jockey Club, com remuneração inferior ao salário-mínimo, Margarida permaneceu em atividade durante toda a gestação, não por escolha, mas por imposição das circunstâncias. O temor constante da dispensa, em um contexto de ausência de garantias efetivas, revela como a maternidade era social e economicamente construída como um obstáculo à produtividade.

O retorno ao trabalho logo após o parto explícita, de forma contundente, a violência simbólica e material a que estava submetida. Mesmo em condições físicas fragilizadas, foi reinserida nas atividades laborais e, ao reivindicar um direito legalmente assegurado, os intervalos para amamentação, enfrentou resistência direta do empregador, sendo obrigada a acionar o Ministério do Trabalho. Tal situação evidencia não apenas o descumprimento da legislação, mas também uma lógica patronal que deslegitimava direitos associados à maternidade.

A denúncia marca o início de uma escalada de práticas coercitivas: uma suspensão de quinze dias, imediatamente após a comunicação ao órgão fiscalizador, sugere retaliação direta, enquanto a exigência de assinatura de documentos sem esclarecimento revela mecanismos de dominação baseados na exploração da baixa escolaridade. Soma-se a isso o agravamento de seu estado de saúde, culminando em uma hemorragia decorrente do esforço físico, ocorrido em um momento em que deveria estar em licença-maternidade. Ainda assim, durante o julgamento, o empregador buscou responsabilizá-la, alegando que sua permanência no trabalho descaracterizaria o direito ao benefício. Tal argumento desloca a responsabilidade institucional para o indivíduo, estratégia recorrente que esvazia a efetividade dos direitos trabalhistas.

Embora Margarida tenha recorrido à Justiça do Trabalho, mobilizando um dos poucos instrumentos disponíveis, o desfecho por conciliação, prática estruturante do período, evidencia as assimetrias desse espaço, frequentemente resultando em



acordos inferiores ao devido e pleiteado. Esse resultado deve ser compreendido à luz das condições materiais que atravessavam sua vida: mulher solteira, responsável pelo sustento do filho e sujeita a estigmas sociais adicionais. Seu caso, portanto, ultrapassa a dimensão individual e revela um sistema mais amplo, no qual desigualdade econômica, violência institucional e discriminação de gênero se articulam.

Quando colocado em diálogo com o caso contemporâneo ocorrido em 2024, essas dinâmicas revelam inquietantes permanências, ainda que sob novas configurações. Nesse episódio, uma trabalhadora venezuelana empregada em um frigorífico da BRF, em Lucas do Rio Verde, entrou em trabalho de parto durante a jornada e, após sucessivas negativas de assistência, deu à luz sem qualquer suporte médico, resultando na morte de suas filhas gêmeas. O caso evidencia, de forma dramática, a persistência da subordinação da maternidade às exigências produtivas, mesmo em um contexto de maior regulamentação legal.

Conforme reportagens do G1 (2025), a trabalhadora, grávida de aproximadamente oito meses, iniciou o expediente por volta das primeiras horas da manhã, quando passou a apresentar sintomas graves, como dores intensas, falta de ar, náuseas e tontura. Apesar de comunicar reiteradamente seu estado à liderança imediata, teve seu pedido de liberação negado sob a justificativa de que sua ausência comprometeria o funcionamento da linha de produção, argumento que revela a centralidade da lógica produtivista na organização do trabalho.

Sem assistência adequada, a trabalhadora deixou o setor por conta própria, dirigindo-se à área externa da empresa na tentativa de buscar ajuda ou transporte até uma unidade de saúde. Já em trabalho de parto, acabou dando à luz na portaria do frigorífico, sem qualquer acompanhamento médico ou suporte institucional. A ausência de acionamento do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), obrigatório em situações de emergência, constitui um dos elementos mais graves do caso, evidenciando não apenas negligência, mas o descumprimento de protocolos internos e de normas legais de proteção à saúde do trabalhador.

Durante o processo judicial, depoimentos de funcionários e profissionais da área de saúde indicaram que, embora houvesse equipe médica disponível na unidade, esta não foi acionada em momento algum, mesmo diante da gravidade da situação. O próprio enfermeiro responsável reconheceu, em audiência, que os procedimentos previstos não foram seguidos. Ademais, ficou comprovado que a empresa tinha conhecimento prévio da gestação, tendo inclusive realizado o remanejamento da trabalhadora para funções consideradas compatíveis com sua condição, o que torna ainda mais evidente a falha na assistência no momento crítico.

A decisão judicial também destacou contradições na defesa apresentada pela empresa, que inicialmente alegou que o parto teria ocorrido fora de suas dependências e que a trabalhadora teria recusado atendimento médico. Tais alegações foram desmentidas por imagens de câmeras de segurança e por testemunhos, que confirmaram que o parto ocorreu dentro da área da empresa e sem qualquer recusa de ajuda por parte da trabalhadora. Diante disso, a Justiça reconheceu a responsabilidade

da empresa, determinando o pagamento de indenização por danos morais, além de verbas trabalhistas, como aviso prévio, férias, 13º salário e FGTS.

A recorrência dessas situações aponta para a existência de um padrão organizacional que naturaliza práticas discriminatórias e reforça a percepção da maternidade como entrave à produtividade. Além disso, a condição de migrante da trabalhadora venezuelana, no caso de 2024, introduz uma dimensão interseccional relevante, evidenciando como gênero, classe e nacionalidade se articulam na produção de vulnerabilidades específicas. Barreiras linguísticas, insegurança quanto ao vínculo empregatício e menor acesso a redes de apoio tendem a dificultar a reivindicação de direitos, ampliando a exposição a situações de violência laboral.

Desse modo, a análise do caso de 2024 reforça que, embora o arcabouço jurídico contemporâneo seja mais robusto do que aquele vigente na década de 1940, sua efetividade permanece limitada diante de práticas institucionais que reproduzem desigualdades estruturais. A comparação com o caso de Margarida evidencia que, em ambos os contextos, a maternidade é frequentemente tratada como um problema individual e não como uma responsabilidade social, revelando a persistência de uma cultura laboral que deslegitima direitos e naturaliza a precarização da vida das trabalhadoras.

Dessa forma, a análise articulada desses casos permite compreender que os avanços legais, embora fundamentais, mostram-se insuficientes para desarticular práticas profundamente enraizadas nas relações de trabalho. A persistência de discursos e condutas que associam a gravidez à improdutividade evidencia a continuidade de uma cultura laboral excludente, na qual os direitos das mulheres são reiteradamente relativizados e, muitas vezes, condicionados às exigências do sistema produtivo.

Nesse sentido, a aproximação entre essas experiências reforça o papel central dos processos trabalhistas como fontes históricas e como instrumentos de reflexão crítica. Ao tornarem visíveis experiências concretas de violação, negociação e resistência, tais documentos não apenas ampliam o campo empírico da História das Mulheres, mas também contribuem para a problematização das permanências que atravessam o presente.

Além disso, quando articuladas à perspectiva da História Pública, essas narrativas extrapolam o espaço acadêmico e passam a dialogar com públicos mais amplos, potencializando seu alcance social. A difusão dessas histórias, ancoradas em fontes documentais, favorece não apenas uma compreensão mais aprofundada das desigualdades de gênero, mas também o reconhecimento de suas raízes históricas e de seus mecanismos de reprodução.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que os acervos preservados pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel constituem não apenas um repositório de documentos, mas um espaço privilegiado de produção de conhecimento e de problematização das relações sociais, especialmente no que se refere às desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Ao mobilizar processos da Justiça

do Trabalho como fontes históricas, torna-se possível acessar experiências concretas de mulheres trabalhadoras, historicamente silenciadas, revelando tanto práticas recorrentes de violação de direitos quanto estratégias de resistência e reivindicação.

A articulação entre os casos analisados, o processo de 1948 e o episódio contemporâneo de 2024, permite identificar permanências significativas nas formas de discriminação e desproteção das mulheres, ainda que em contextos históricos distintos. Longe de propor uma leitura anacrônica, essa aproximação evidencia que, apesar dos avanços legais conquistados ao longo do século XX e início do XXI, persistem práticas institucionais e culturais que subordinam a maternidade às exigências produtivas, revelando os limites da legislação quando dissociada de sua efetiva aplicação. Nesse sentido, a maternidade continua sendo, em muitos contextos, tratada como um problema individual, e não como uma responsabilidade social, reforçando desigualdades estruturais.

Ao mesmo tempo, o estudo demonstra o papel fundamental da Justiça do Trabalho como espaço de disputa e negociação de direitos, ainda que atravessado por assimetrias. Os processos analisados revelam tanto os mecanismos de dominação presentes nas relações laborais quanto a capacidade de agência das trabalhadoras, que, mesmo em condições adversas, mobilizaram instrumentos institucionais na busca por reconhecimento e justiça.

Nesse contexto, a atuação do NDH/UFPel adquire centralidade. Ao preservar, organizar e, sobretudo, difundir esses acervos, o Núcleo contribui para a democratização do conhecimento histórico e para a ampliação do acesso a narrativas que, de outro modo, permaneceriam restritas ao espaço dos arquivos. Sua inserção no campo da História Pública reforça o compromisso social da pesquisa histórica, ao promover o diálogo entre universidade e sociedade e ao possibilitar que essas experiências sejam apropriadas por públicos mais amplos.

Além disso, a digitalização dos acervos e sua circulação em diferentes formatos ampliam significativamente o alcance dessas fontes, potencializando seu uso não apenas na pesquisa acadêmica, mas também no ensino e na construção de uma consciência histórica crítica. Ao aproximar passado e presente, essas iniciativas favorecem a compreensão das raízes históricas das desigualdades contemporâneas, contribuindo para qualificar o debate público e fomentar reflexões socialmente engajadas.

Por fim, conclui-se que a articulação entre História do Trabalho, História das Mulheres e História Pública, tal como desenvolvida a partir das ações do NDH, não apenas amplia o campo empírico da historiografia, mas também reafirma o papel da História como instrumento de intervenção no presente. Ao tornar visíveis experiências de violência, desigualdade e resistência, a pesquisa histórica contribui para o enfrentamento das persistentes desigualdades de gênero, reforçando a necessidade de políticas efetivas, fiscalização rigorosa e transformação das práticas sociais que sustentam tais assimetrias. Trata-se, portanto, de um esforço que ultrapassa o campo acadêmico, inscrevendo-se no compromisso mais amplo com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Fontes escritas:

Processo n.109/1948. Acervo do NDH/UFPel.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-10. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874921_28c0558a70f3bfff19db4e06ecf30156.pdf . Acesso em: 26 abr. 2026.

BIAVASCHI, Magda. **O Direito do Trabalho no Brasil (1930–1942)**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media/431607/ODireitodoTrabalhonoBrasil19401942.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2025.

BONETS, Vitor; PALHARES, Fernanda; COELHO, Thomaz. Quem era professora morta a facadas por aluno em faculdade em RO. **CNN Brasil**, 7 fev. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/norte/ro/quem-era-professora-morta-a-facadas-por-aluno-em-faculdade-em-ro/> . Acesso em: 19 abr. 2026.

BONINI, Altair. **Demandas de mulheres junto à Justiça do Trabalho**: a memória do trabalho como presente do passado (Curitiba, 1960–1975). 2006. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEM-10_b98209336b9ea3704b38b76c2975e0f0 Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior**. Gov.br, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior> . Acesso em: 19 abr. 2026.

CERTEAU, M. (1998). **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. (3ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

CHALHOUN, Sidney; FONTES, Paulo. História social do trabalho, história pública. **Perseu: história, memória e política**, n. 4, 2009. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/download/185/145> . Acesso em: 19 abr. 2026.

G1 MT. Frigorífico é condenado após funcionária entrar em trabalho de parto e perder filhas gêmeas durante expediente em MT. **G1**, Mato Grosso, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://share.google/psdew5JPagPtyplev> . Acesso em: 13 dez. 2025.

GILL, Lorena Almeida. A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940). **História (São Paulo)**, v. 38, p. e2019003, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/ppyLv99ZJCgrh9BdTt4ZvTc/> . Acesso em: 19 mar. 2025.

GILL, Lorena Almeida. **Os processos da Justiça do Trabalho de Pelotas, no Memorial TRT4 e as possibilidades de se pensar sobre a história das mulheres.** 2020. Disponível em:

https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/8282/Os_processos_da_Justica_do_Trabalho_de_Pelotas_no_Memorial_TRT4.pdf . Acesso em: 12 mar. 2025.

GILL, Lorena Almeida; KOSCHIER, Paulo. O Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas, RS: pesquisa histórica, acesso e democratização do conhecimento. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://share.google/ej7zm1GeQZgf46TbX> . Acesso em: 10 dez. 2025.

GILL, Lorena Almeida; PIEPER, Jordana Alves; SILVA, Eduarda Borges da. Maternidade e trabalho: direito ou dever? **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, n. 9, 2013. Disponível em: <https://seer.furg.br/rbhcs/article/view/10522> . Acesso em: 4 fev. 2025.

KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. **Guia do Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Professora Beatriz Loner.** 2019. Disponível em:

https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/6221/Guia_do_Arquivo_da_Justica_do_Trabalho_de_Pelotas.pdf . Acesso em: 12 mar. 2025.

LONER, Beatriz. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 9-24. Disponível em: https://www.trt4.jus.br/portais/media/431701/Trabalho%2C_Justica_e_Direitos_no_Brasil.pdf . Acesso em: 19 mar. 2025.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888–1930). Pelotas: Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Núcleo de Documentação Histórica da UFPel: um espaço de histórias e memórias. **História: Debates e Tendências**, v. 8, n. 2, p. 265-277, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456403002.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2025.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. O trabalho de um Centro de Documentação: o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 9, n. 2, p. 241-256, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3675> . Acesso em: 26 abr. 2026.

LUNZ, Leandro da Silva. Mulher e História: da invisibilidade à sujeito de análise. **IF-Sophia: Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica**, ano IV, v. IV, n. XV, 2018. Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/ifsophia/article/view/1460> . Acesso em: 26 abr. 2026.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PETERSEN, S. A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. In: MAUCH, C. et al. **Porto Alegre na virada do século 19**: cultura e sociedade. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Canoas: Ed. Ulbra; São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. p. 112-125.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; MONTEIRO, Livia Nascimento. História das mulheres e história pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. **Revista Eletrônica de História (REHR)**, Dourados, v. 14, n. 27, p. 206-230, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/12358>. Acesso em: 26 abr. 2026.

SANTOS, Pablo Soledade de Almeida; MIRANDA, Zeny Duarte de. Digitalização de documentos: soluções de qualidade para acervos arquivísticos. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 26-42, set./dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25408>. Acesso em: 26 abr. 2026.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. **A mulher trabalhadora em busca de direitos na Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul**: desafios da emancipação feminina nos anos 1941–1946. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/189>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. Os processos judiciais findos enquanto fonte de pesquisa dos direitos da mulher na Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul (1941–1946). **Revista Autos & Baixas**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: [http://revistadigital.jfrs.jus.br/ojs-](http://revistadigital.jfrs.jus.br/ojs-2.3.8/index.php/revista_autos_e_baixas/article/view/82)

[2.3.8/index.php/revista_autos_e_baixas/article/view/82](http://revistadigital.jfrs.jus.br/ojs-2.3.8/index.php/revista_autos_e_baixas/article/view/82).

SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. **Estudos Feministas**, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

SOUZA, Gabriel Lacerda de; ALMEIDA, Karine de Fátima. Do papel ao digital: relato de experiência sobre o processo de digitalização documental. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PR, 19., 2024. **Anais eletrônicos**. Paraná: ANPUH-PR, 2024. Disponível em: https://www.encontro2024.pr.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-prerh2024/1729468118_ARQUIVO_f91239fb1037246d08ec7a5328fd92fe.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

TABORDA, Taiane Mendes. **“Pano pra manga”**: experiências de luta, classe e gênero no cotidiano das trabalhadoras da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1943-1974). 2023. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/13698>. Acesso em: 19 mar. 2026.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNESCO. **UNESCO visita arquivo do TRT-4 que possui documentos reconhecidos pelo Memória do Mundo no Rio Grande do Sul**. 2 ago. 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-visita-arquivo-do-trt-4-que-possui-documentos-reconhecidos-pelo-memoria-do-mundo-no-rio> . Acesso em: 19 abr. 2026.

VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é... na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001.